Considerações Finais

De acordo com a análise construída no desenvolvimento desta pesquisa, constata-se que o cenário contemporâneo impõe novos rumos às políticas sociais, em particular, à política de assistência social e, conseqüentemente, à intervenção profissional do Serviço Social, cuja gênese e desenvolvimento possui vínculo histórico com essa política.

A política de assistência na atualidade é configurada a partir de um conjunto de programas e ações de alívio a pobreza na perspectiva de compensar o corte nos gastos sociais preconizados pelos órgãos internacionais e implementados pelos países da América Latina, em especial, o Brasil, que teve como premissa a Reforma do Estado nos anos 90.

Esses programas sociais, implementados de forma focalizada e fragmentada, desmontam o sistema de proteção social desenhado na perspectiva da Seguridade Social pela Constituição Federal de 1988, minando seus pressupostos fundantes, tanto no plano da execução das políticas sociais, como no plano da organização e financiamento das mesmas.

Com a Constituição de 1988, supostamente, amplia-se o grau de autonomia dos municípios, gerando um maior potencial de disponibilidade financeira para os mesmos. Contudo, o que se verifica nos municípios de Itaboraí e Magé, como principais elementos limitantes, situam-se na capacidade político administrativa em nível local. O discurso da autonomia não se confirma na prática, que demonstra ainda, grande dependência dos municípios em relação as esferas estaduais e federais. Além disso, esses municípios permanecem marcados por práticas de gestão tradicionais, viciadas pela falta de transparência, pela adoção de métodos atrasados e pela precariedade ou ausência de mecanismos de fiscalização.

Com este estudo, evidenciou que a descentralização político-administrativa propiciou a emergência de novos programas, cujo perfil é bastante focalista na cobertura e insuficiente para atender a demanda dos municípios.

Nos municípios de Magé e Itaboraí a expressão máxima da política de assistência tem sido a execução de programas conveniados com os governos Estadual e Federal. Verificou-se que, principalmente, a partir de 2001, essa política ganhou grande impulso com a celebração de convênios, ampliando o atendimento das Secretarias responsáveis pela assistência nos municípios, de modo a intervir em diferentes situações de risco social, focalizados segundo o critério de faixa etária e grau de vulnerabilidade social dos usuários,

como por exemplo o PETI, o Agente Jovem, o PAIF, entre outros programas. É a partir daí, que as Secretarias responsáveis pela política municipal de assistência vem absorvendo profissionais de Serviço Social como principais executores desses programas.

Assim, com o processo de descentralização da política de assistência social (com ênfase na sua municipalização) o espaço ocupacional dos assistente sociais amplia-se para envolver atividades relacionadas à implantação e orientação de Conselhos de Direitos, à capacitação de Conselheiros, à elaboração de planos de assistência, execução, acompanhamento e avaliação de programas sociais. Porém, mesmo com a admissão de mais profissionais, nos municípios pesquisados, o quantitativo de assistentes sociais é ainda insuficiente para qualificar a prática profissional que realizam e ocupar as frentes de trabalho que se abrem na atualidade.

Como sinaliza Yamamoto,

“Exige-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social. Estes elementos, aliados à pesquisa da realidade possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conecta-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Mas, requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los.”(Yamamoto, 2003: 34).

Sabe-se, que as ações necessárias para a realização dos princípios e valores contidos no Código de Ética Profissional dependem da posição política e teórica dos profissionais, das condições objetivas e subjetivas existentes em cada contexto histórico e da construção de alianças com outros profissionais e usuários.

Observou-se, que existe um esforço individual por parte de algumas assistentes sociais, utilizando-se de ações pontuais e pessoais no enfrentamento dos novos desafios que

se colocam no seu cotidiano profissional, tais como socialização de informações, utilização dos meios de comunicação local, parceria com as associações locais, pequenas inclusões em programas sociais de usuários, cujo perfil não se enquadra no perfil pré estabelecido. Essas ações de cunho particular, se articuladas coletivamente poderiam desencadear processo de resistência, a partir de estratégias de intervenção construídas pela participação do conjunto de profissionais para fazer frente aos ideais neoliberais.

A reação desses profissionais, no entanto, circunscreve-se à sua atuação individual através de manifestações apenas no plano da indignação, não permitindo que a ultrapassem. Neste âmbito, os assistentes sociais chegam a fazer algumas críticas com relação aos diferentes aspectos que caracterizam a política de assistência no município, mas não as relacionam a um processo político mais amplo. A falta de um projeto de intervenção profissional com diretrizes teórico-políticas definidas, torna tais críticas vazias de conteúdo, dificultando a construção de uma contra proposta ao modelo de gestão desenhada no movimento da reforma do Estado.

Alguns profissionais atribuem às dificuldades que enfrentam no seu dia-a-dia profissional as características tradicionais da assistência, como o uso das relações clientelísticas na viabilização da política. Estas relações, para a maioria, se apresentam, sem dúvida, como grande limitador da intervenção profissional.

A incidência dessas práticas fragiliza a idéia de direito estabelecida pela LOAS, contribuindo para o fortalecimento da idéia de favor, de dádiva e do dever moral. A forma como é gerida a assistência social nesses municípios tende a anular a sua afirmação enquanto política integrante da Seguridade Social. Antes, essas práticas favorecem as resistências às mudanças estabelecidas pela LOAS e a permanência da cultura do clientelismo que marca a história da assistência no país.

Em consequência, a Política de Assistência Social, em Magé e Itaboraí, não se consegue afirmar enquanto Política Pública afiançadora de direito. A isto acrescenta-se, ainda, os impactos das diretrizes da Reforma do Estado brasileiro na nova configuração da assistência social no que diz respeito a focalização, a seletividade e a descentralização.

Desta forma, efetivar a assistência sob os princípios estabelecidos pela LOAS, em sua dimensão universal e pública, torna-se uma difícil tarefa. Isso, obviamente, se refletirá

no desafio de implantação do SUAS, que pretende reafirmar a assistência enquanto Política Pública e de responsabilidade do Estado.

A participação e ocupação dos espaços públicos não estão definidos, no plano local; mas construí-los e lutar por eles pode levar a experiências democráticas nos municípios, propiciando a partilha de poder e a intervenção em processos decisórios. Assim também, o trabalho de base, de educação (ressaltado por Abreu 2002), poderá promover uma articulação política no âmbito da sociedade civil organizada, tornam-se importantes para os profissionais, pois poderão contribuir para a elaboração de estratégias de resistência. Trata-se de uma tarefa contínua de discussão e convencimento. De um modo geral, os assistentes sociais tendem a assumir uma postura defensiva e solitária no tocante a sua intervenção passando assim, ao largo da elaboração coletiva de estratégias de resistência.

Muitas das questões aqui levantadas merecem um estudo mais profundo que possam avançar mais, gerando novas contribuições para uma melhor compreensão da temática, tendo por base pesquisas empíricas solidamente fundamentadas.

Cabe ressaltar, que a tentativa de construção da história dos dois municípios, com vistas ao desvendamento dos processos que envolvem a política de assistência a partir da década de 90, levando em consideração suas implicações para o Serviço Social, enfrentou grandes dificuldades para o desenvolvimento desta pesquisa. Primeiro, pela falta de registros oficiais, os quais pudessem ser disponibilizados para o estudo. Depois, pela contemporaneidade dos acontecimentos, uma vez que a atuação mais efetiva dos assistentes sociais nesses municípios teve início partir do novo milênio (2001), com a ampliação dos programas conveniados, não permitindo o distanciamento necessário para a compreensão de todas as implicações dessa nova configuração da assistência social para a intervenção profissional.